

BERLE E MEANS RECORREM A KARL MARX

DJACIR MENEZES (*)

Escrevi, faz poucos anos, o prefácio da tradução brasileira de *The Modern Corporation and Private Property*, de Adolf A. Berle e Gardiner C. Means, a convite de Olavo Miranda, que se esmerou em apresentar versão à altura da fama que o livro granjeara. O tradutor sabia de minha admiração pelo trabalho daqueles dois autores por referências que lhe fizera. Certas restrições sobre o exagêro de considerar a transformação da grande empresa como revolução na economia capitalista não atingiam o tema central do livro, por assim dizer a sua medula ideológica, que atestava a agudeza de observação e análise.

Qual era essa idéia fundamental?

A seguinte. O enorme crescimento da empresa, concentrando e centralizando a poupança esparsa graças ao mecanismo creditício sintonizado com a sociedade anônima, permitiu que os detentores de pequena parte do capital social comandassem vultosa força econômica, a que se agregaram dissimulados atributos políticos. A contaminação era inevitável dentro das relações sociais do Estado. Para aqueles dois autores (e poderia acrescentar também George Rippert, na França), o princípio econômico da iniciativa individual, na empresa industrial, sofreu ataque bem sério: e ocorreu "a dissolução do átomo da propriedade destruindo os verdadeiros fundamentos sobre que repousara por três séculos a ordem econômica do passado" (1).

Que fenômeno terrível teria sido esse, capaz de provocar tamanhas conseqüências na ordem de coisas vigente no alto capitalismo? Foi a separação da propriedade e do controle da empresa, através da multiplicação de proprietários. Essa separação comporta graduações. Outrora, a maior parte do capital social estava nas mãos

(*) Professor-Catedrático da Faculdade Nacional de Ciências Economicas e da Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras.

de elementos ativamente interessados no contrôle, dêle participando de modo direto. Outrora, a cisão entre propriedade e direção se operara apenas para a minoria excluída. Mas isso mudou. “Frequentemente, entretanto, a propriedade é tão largamente disseminada, que o contrôle efetivo pode ser mantido mediante participação de uma minoria. Sabe-se que a família Rockefeller, por exemplo, possui parcelas do capital social em muitas sociedades da “Standard Oil”; e no caso da “Standard Oil de Indiana”, tal participação mal chega a 14,5% combinada à posição estratégica de seus detentores, o que se demonstrou suficiente para o contrôle da sociedade. Em tal caso, o montante da propriedade é, virtualmente, sem contrôle. A separação da propriedade e do contrôle torna-se quase completa quando nem mesmo existe essa minoria substancial de participação, como na “American Telephone and Telegraph Company”, cujo maior acionista apresenta-se detendo menos de 1% do capital social”. (2)

Através da tese referida, Berle e Means aludem à formação desses “impérios econômicos”, que se dilatam dentro da nação e distendem seus tentáculos pelas fronteiras a fora. Não discutem os aspectos sociais e políticos de tais dilatações, o que decerto desfavoreceria os pontos de vista que defendem. Mas com lucidez expõem a razão por que passou a primeiro plano o princípio da competição oligopolística, deixando para trás, na história do capitalismo, o quadro clássico do liberalismo econômico.

Embora a “separação”, comparada a fissura do átomo da propriedade (a analogia é um tanto estrepitosa), não mude a fisionomia do sistema, como vaticinam os autores, ela suscitou a criação de novas possibilidades de expansão. A agudeza do tema corroborava a penetração de análise dos autores que, encastelados no mais alto ponto do desenvolvimento capitalista do mundo atual, haviam surpreendido a configuração nova e delineado o seu primeiro contôrno histórico. Assim pensava e admirava.

Os tempos correm, as leituras continuam, — e eis que, num belo dia de folga, procurando verificar citação de Joan Robinson sobre raízes marxistas da crise, vou ao terceiro volume do *Kapital*, de Karl Marx. Todo estudioso sabe que aquêle terceiro volume foi paciente compilação de cadernos, rascunhos, borrões, que Frederico Engels tirou de caos, penteando-lhes a gramática, o estilo, a doutrina. Só pelas alturas de 1894 pôde vir a lume. Rebentaram então algumas polêmicas, esparsas e frouxas. Parece que os remendos e suprimento de lacunas, levados a cabo pelo colaborador

dedicado, despertava a suspeita de algo embrionário, que se impusera à vida antes do tempo completo de sua maturação. Aos olhos de alguns, a teoria do valor-trabalho, àrduamente defendida no primeiro volume, sofrera desfiguração e perdera as bases, — tese que assanhou os socialistas e dividiu-os ainda mais. Apenas refiro o que se foi argüindo. Mas não é êsse o ponto que a presente nota pretende ferir. Se o menciono, é apenas ilustrativamente, a título de simples informação *a latere*. Todavia, no terceiro volume, pretendeu Marx dar uma visão total do funcionamento do sistema capitalista. Empreende então a análise dos desajustamentos, que hoje se definem em termos de macro-economia. E ao tocar no problema da organização das sociedades anônimas, fala claramente na mesma cisão ou separação, agora arvorada no *leit motiv* do livro de Berle e Means. Transcrevo, traduzindo:

“O capital, que repousa no modo de produção social e pressupõe concentração social dos meios de produção e de fôrças de trabalho, toma diretamente a forma de capital social (capital de individuos associados diretamente), opondo-se ao capital privado; e suas emprêsas apresentam-se como emprêsas sociais, em oposição às emprêsas privadas. É a supressão (*Aufhebung*) dos capitais como propriedade privada dentro dos limites do próprio modo de produção capitalista” (3). Dizem Berle e Means:

“Examinando a ruptura do velho conceito, que era a propriedade, e a velha unidade, que era a emprêsa privada, é evidente que tratamos de grupos *não só distintos, mas opostos, muitas vêzes, — propriedade de um lado, contrôle de outro, —* um contrôle que tende cada vez mais a afastar-se da propriedade e últimamente a quedar nas mãos dos próprios administradores, uma administração capaz de perpetuar-se em suas posições”. (4) “*A mudança das relações societárias tem inquestionavelmente implicado alteração essencial no caráter da propriedade*”. (5)

Lê-se em Marx: “A transformação dos capitalistas realmente ativos (*Wirklich fungierenden Kapitalisten*) em simples diretores, administradores do capital estranho e proprietários de capitais, em meros proprietários, em meros capitalistas financeiros... *A propriedade do capital é totalmente separada da função no processo de reprodução, como essa função na pessoa do diretor capitalista*”. E no meio do parágrafo: “*Na sociedade por ações, a função está separada da propriedade dos capitais (in den Aktiengesellschaften ist die Funktion getrennt vom Kapitaleigentum)*, como também o trabalho totalmente separado dos meios de pro-

dução e da mais-valia. É o resultado supremo da produção capitalista" (6). Antes, Marx anotara: "As sociedades por ações — expandidas pelo crédito — têm a tendência de separar cada vez mais o *trabalho de administração como função distinta da propriedade do capital*, próprio ou não..." (7). E os "managers", que muitas vezes não possuem capitais, tornam-se "funcionários", enquanto o capitalista financeiro passa a "personagem supérfluo", desaparecendo do processo de produção" (8).

Não estão aí, evidentemente, as idéias de Berle e Means a "tecnologia puramente neutra", em que vai desfechar a argumentação deles, não é, sob outras palavras, a constituição daquele "funcionário", de que fala Marx? Não é tal funcionário o gerente daquela "revolução" pregada também por Burham e outros escritores turbulentos? Eis que ainda aumenta o pitoresco da história. Em livro posterior, o sr. A. A. Berle Junior referiu, todo desdenhoso, que o pensamento econômico embatucara em "clichês descritivos", inadequados para interpretar o "capitalismo revolucionário dos meados do século XX". Por quê? Porque tem "depósitos de verbiagem relegada de idades históricas passadas" (9). Entre os sedimentos fossilizados, embrutecidos em Dogma, estaria o instrumento marxista, a serviço dos ataques comunistas com *wearing iteration*. Pois é precisamente nesse depósito arcaico que se encontrava a idéia central do livro celebrado! Em tórno dessa idéia, Berle e Means pensaram sua obra, entremeando-a de reflexões sábias, com estatísticas. Exumada do terceiro volume do alcorão socialista, reluziu como definição dos novos rumos do alto capitalismo.

Não deixa de ser muito divertida a coincidência. Sim, coincidência burlesca, ironia do acaso, molecagem dos deuses.

-
- (1) A. A. Berle Junior and Gardiner C. Means, *The Modern Corporation and Private Property*, New York, The Macmillan Co., 1947, p. 8.
 - (2) *Idem, ibidem*, p. 4.
 - (3) Marx, *Das Kapital*, Berlin, 1929, III, t. 1, p. 382.
 - (4) Berle e Means, *ob. cit.*, p. 124.
 - (5) *Idem, ibidem*, p. 355.
 - (6) Marx, *ob. cit.*, p. 383: «... haben die Tendenz, diese Verwaltungsarbeit als Funktion mehr und mehr zu trennen von dem Besitz des Kapitals», sei es eigenes oder geborgtes...»
 - (7) *Idem, ibidem*, p. 336. Ainda: «É produção privada sem controle da propriedade privada», p. 384.
 - (8) *Idem, ibidem*: «...bleibt nur der Funktionaer und verschwindet der kapitalist als ueberflussige Person aus dem Produktionsprozess», p. 336.
 - (9) Adolf A. Berle, Jr., *The 20th. Century Capitalist Revolution*, Harcourt Brace and Co., N. Y., 1954, cap. I.